

Brasil França 1968 2018

Igualdades Contrastes

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado, RJ 04/12/2018



Para o jovem professor universitário, colunista de jornais cariocas, estudante de pós-graduação, o movimento de maio de 1968, na França, pareceu uma questão de poder, pelas ambições de uma geração que não queria apenas repetir o que seus pais já haviam conquistado. Com a distância destes 50 anos, entendo ser uma manobra que os Estados Unidos da América (EUA), com problema da impopular guerra no Vietnã e das drogas, consumidas pelas suas gerações destinadas ao Poder, enfrentavam com a grande difusora cultural - França - conduzida pelo líder nacionalista Charles De Gaulle, que trocava notas de dólar por ouro.

A Era do Aquário foi o momento que, com a primeira crise do petróleo, os EUA iniciam a cooptação dos árabes (Arábia Saudita), para ter no dólar sua única moeda nas transações internacionais. Começava a substituição do dólar/ouro e o fim do Acordo de Bretton Woods.

Portanto, sem querer ver fantasmas, os movimentos na França, nos EUA, na Inglaterra poderiam ter o pano de fundo da luta do capital financeiro contra o capital industrial. De certo modo, esta compreensão está também em Jessé Souza. Transcrevo:

“Os capitalistas viam-se diante de algo novo e verdadeiramente revolucionário, um movimento cujo suporte social eram seus próprios filhos bem-educados. O objetivo da revolução expressivista era redefinir os fins da vida social e modificar por dentro o uso do poder”, e adiante “O que explica em grande medida o êxito do capitalismo financeiro é o fato de ele ter conseguido engolir o protesto expressivista e depois regurgitá-lo segundo seus próprios termos” (A classe média no espelho, Estação Brasil, 2018).

No Brasil foi um momento de virada. A política da “austeridade”,

implantada por Castello Branco, passou para “economia heterodoxa”. E, em 1968, apresentava seu resultado satisfatório com o crescimento de 14% no setor industrial. No mundo político, este afrouxamento econômico teve a contrapartida do enrijecimento, com o Ato Institucional nº 5.

Mas o Brasil estava longe da eficiência industrial dos países centrais. Coube aos militares, de Costa e Silva a Geisel, tentar implantar a estrutura tecnoburocrática, weberina, de impessoalidade e assepsia administrativa. Cometeram o erro de todos, ou a maldade de alguns, de implementar mudanças de conteúdo a partir da cúpula.

Recordo, nas aulas de administração, a comparação dos processos decisórios nos EUA e no Japão. Os primeiros centralizavam em poucos dirigentes esta condição e a decisão era quase imediata. Depois passava-se longo tempo explicando e ensinando a toda estrutura da empresa como deveria agir e corrigindo os erros de entendimento. No Japão, o processo decisório começava na base da estrutura. Ia ganhando consenso e esclarecimento. Ao chegar à alta administração, toda empresa já sabia como agir. Bastava a decisão e, de imediato, estava implementada.

1968, no Brasil, ficou mais marcado pela Passeata dos Cem Mil do que qualquer outra manifestação de classe média. As questões que tomavam conta do norte - A Galaxia de Gutenberg (1962) com as icônicas expressões “aldeia global” e “o meio é a mensagem”, de Marshall McLuhan; “O Espírito do Tempo” (a cultura de massa), também de 1962, de Edgar Morin; “O uso humano de seres humanos” (Cybernetics and Society, 1950) de Norbert Wiener, e a imensa obra que já discutia as implicações da teoria da informação (Abraham Moles, J. R. Pierce, Ross Ashby etc) - estavam afastadas das academias e das edições nacionais.

Na minha avaliação, a relevância nacional, deste período, foi a segunda tentativa - a primeira foi de Vargas - de construir o Estado Nacional Brasileiro.

Passou meio século. A banca (sistema financeiro) reina sobre o norte e o sul. Domina o processo produtivo, não para dotá-lo de eficiência, mas para transferir para o financismo, o rentismo, os seus ganhos. E destrói os Estados Nacionais. Volto a Jessé Souza, na referida obra: “Na esfera política, esse domínio (do capital financeiro) se reflete no parcial desmonte do Estado social pelo enfraquecimento de sua base, ou seja, de sua capacidade de cobrar impostos. Controlado por grandes bancos e fundos de investimento, o capital financeiro consegue sonegar impostos em escala planetária, fazendo do Estado cobrador de impostos um Estado acumulador de dívidas. Incapaz de cobrar impostos dos mais ricos, o Estado é obrigado a pedir emprestado aos próprios capitalistas, e ainda acrescido de juros, o que antes recebia como imposto devido. Esse é o real sentido da globalização”.

O que ocorre com os *gilets jaunes* (coletes amarelos)? Quem produziu e sustenta esta manifestação “espontânea”?

Não mais um jovem recém-formado, mas um avô aposentado, procura também uma resposta.

Em algum artigo recente, observei que a propriedade fora mudada nos empreendimentos privados. Não mais tínhamos os nomes de importantes membros da sociedade e da política, como os Rockefeller por quase um século. Hoje temos um CEO (*Chief Executive Officer*), nem mesmo um Presidente, na condução dos negócios. E quem o designa? Um fundo de investimento, ou um conjunto de fundos de investimentos, de anônimos e dispersos investidores. Em grande parte com residência em paraísos fiscais e, em não poucas vezes, representando ilícitas origens (drogas, contrabandos, corrupções, dinheiros lavados).

No Monitor Mercantil, sexta-feira, 23/11/2018, na coluna **Acredite se Puder**, Nelson Priori, sob o título “Registros falsos para financiar indústria da maconha” escreve:

“A Paragon Coin Inc., uma entidade *online*, levantou aproximadamente US\$ 12 milhões para desenvolver e implementar seu plano de negócios para adicionar tecnologia de *blockchain* à indústria de *cannabis* e trabalhar para a legalização da *cannabis*. Nem a Airfox nem a Paragon registraram suas ICOs de acordo com as leis federais de valores mobiliários, nem se qualificaram para uma isenção dos requisitos de registro”, na Securities and Exchange Commission (SEC).

Para este ambiente neoliberal internacional não encontramos uma oposição articulada, um discurso efetivo. Não há esquerda ou direita, todos se ajoelham diante da banca, diante dos seus ilícitos. E ainda usam o farsante discurso moralista. Jessé Souza escreve:

“A ascensão do PT ao poder de Estado ainda que tenha desenvolvido políticas sociais fundamentais em um país de desigualdade tão perversa, o fez sem qualquer discurso articulado acerca do que estava fazendo. Não havia a narrativa deliberada de um projeto nacional alternativo ao projeto liberal antipopular”.

Ao que acrescento, nem buscou apurar os ilícitos cometidos pela banca, nem mesmo em governos anteriores.

Voltemos aos coletes amarelos.

Emmanuel Macron, como se sabe, saiu do Banco Rothschild para a administração do Estado Francês, pelas mãos socialistas. Como esperado seu governo já provocou mais desemprego, menos salários, menos presença do Estado.

Esta agressão ao povo, no Brasil, atinge diretamente a classe mais despossuída. Mas na França atinge parcela da classe média. Também a classe industrial, derrotada desde os anos 1980, mais ainda não sepultada, sentiu um certo alento com a política econômica de Donald Trump.

Recentemente, Angela Merkel anunciou, após a derrota de sua coalisão

na Bavária, que não disputaria sua permanência na liderança do CDU. Estaria cedendo ao industrialismo, que gera produção, emprego e renda?

É cedo, mas há, além da violência da fome, a presença de novos atores religiosos, os neopentecostais. Todo este caldo está sendo canalizado nestes movimentos franceses, belgas e germânicos.

Desde o período pré-eleitoral tenho escrito que o debate deveria ser a banca contra o nacionalismo. Volto a Jessé Souza:

“Como no capitalismo financeiro em todo o mundo, a defesa abstrata de direitos difusos e das minorias toma o lugar da efetiva distribuição de riqueza e poder. FHC é, assim, a República Velha repaginada pelo discurso pseudoemancipador do capital financeiro, e com o charminho parisiense, livre-pensante, de sua origem uspiana. A visão liberal-chique - da qual o Ministro Barroso, do Supremo Tribunal Federal, é, hoje, um dos arautos - combina uma postura avançada na esfera dos costumes com uma posição conservadora na política social e econômica”.

Não sei como será na França. Mas no Brasil, a chegada de militares ao Poder pode refundar o Estado Nacional Brasileiro. Assim propunham os tenentes dos anos 1920. E, como escreve Jessé, voltamos com Dilma e Temer à República Velha.

Fonte:

<http://www.frentepelasoberania.com.br/politica/brasil-franca-1968-2018-igualdades-contrastes/>

